

SEMANA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Programação de FW inicia na segunda-feira

Após reunião de entidades frederiquenses e órgãos municipais, foi definida a programação da Primeira Semana Municipal da Pessoa com Deficiência. O tema será "Inclusão: da Escola ao Mercado de Trabalho", que será debatido em diversos momentos, desde a abertura oficial na segunda-feira, 22, às 10 horas, no Plenário da Câmara, até a sexta-feira, 26.

A programação contará com visitas às escolas e empresas, uma sessão ordinária transmitida na linguagem de sinais, programas da Câmara especiais sobre o evento, além de uma live com relatos de profissionais de Recursos Humanos, dentre outras atividades.

A iniciativa conta com apoio da Câmara de Vereadores, Administração de Frederico Westphalen, Apae, URI/FW, IFFar/FW, Sine, Associação de Pais e Amigos dos Autistas - Miguel, AEFW, Uceff e Uergs.



SAÚDE

Piso da Enfermagem preocupa entidades devido à falta de recursos

Associações e dirigentes de hospitais têm feito movimentações para evitar prejuízos em suas instituições, após a aprovação do projeto de lei

Hospitais e instituições de saúde têm demonstrado preocupação após a sanção do Piso da Enfermagem. No início deste mês, o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, sancionou a lei que estipula um piso nacional para os enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras. A partir desta nova legislação, enfermeiros não poderão receber menos de R\$ 4.750, seja na iniciativa privada ou no serviço público municipal, estadual ou federal. Técnicos de enfermagem não poderão receber menos do que 70% deste valor, ou seja, menos que R\$ 3.325. Já auxiliares e parteiras não podem receber

menos que a metade do valor do piso, ou seja, R\$ 2.375.

A partir dessa atualização, entidades, sindicatos, organizações de hospitais e demais entidades de saúde estão preocupadas, pois acreditam que os recursos que detêm não serão suficientes para o pagamento total de seus profissionais.

De acordo com a Rede de Hospitais Sem Fins Lucrativos do Rio Grande do Sul, que abrange mais de 247 casas de saúde filantrópicas, que atendem cerca de 70% de suas atividades realizadas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), algumas alternativas financeiras estão sendo pensadas para realizar esse ajuste e manter

o funcionamento das instituições. Ainda, algumas instituições já estão realizando cortes em seus quadros de funcionários, com o intuito de se adequarem às normas vigentes.

O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá analisar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que questiona o piso sancionado. Além disso, dirigentes de hospitais também estão fazendo movimentações para evitar os prejuízos em suas instituições. Visitas foram feitas aos órgãos públicos, como a Casa Civil, Assembleia Legislativa do RS, Secretaria Estadual da Saúde, entre outros, para entregar documentos oficiais para debater o assunto.

PROGRAMAÇÃO

- Segunda-feira, 22**
10 horas – Abertura oficial na Câmara de Vereadores.
13h30min às 17 horas – Sensibilização nas escolas e visitas a empresas de FW.
19 horas – Relatos de experiências dos profissionais da educação, na Câmara de Vereadores.
- Terça-feira, 23**
Durante o dia todo – Festival de Talentos Apae.
13h30min às 17 horas – Sensibilização nas escolas.
19 horas – Sessão especial na Câmara de Vereadores.
- Quarta-feira, 24**
12h30min – Programa do Legislativo.
13 horas – Programa do Legislativo.
19 horas – Live com profissionais de Recursos Humanos.
- Quinta-feira, 25**
8h30min às 17 horas – Visitas às empresas de FW.
- Sexta-feira, 26**
8h30min às 12 horas e das 13 horas às 17 horas – Atendimento preferencial para pessoas com deficiência na agência do Sine/FW, aproximando empresas desses trabalhadores que buscam uma oportunidade no mercado de trabalho.
13 horas às 17 horas – Atividades da Secretaria de Esportes e Sesc, com participação dos atletas do Guarani Futsal, no ginásio da Apae.

RAFAEL REIS DA SILVA



FRAUDES NOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DO INSS

Com a disseminação do crédito consignado no Brasil e a grande modernização virtual dos contratos, muito por conta do isolamento social causado pela pandemia da Covid, diversas transações que eram feitas exclusivamente em bancos e financeiras passaram a ser realizadas de forma on-line, e com isso percebeu-se a facilidade de golpistas fraudarem contratos e vincular benefícios previdenciários ao pagamento de empréstimos para idosos e pensionistas do INSS, buscando, incessantemente, a obtenção de vantagem a qualquer custo. Nos últimos meses, é elevado o aumento deste tipo de ocorrências e abusos aos consumidores, os quais ficam em uma situação de vulnerabilidade perante as instituições bancárias.

Com a obtenção ilegal e posse de dados dos consumidores, criminosos praticam os golpes das mais variadas formas, dentre elas, nos casos em que as vítimas se veem surpreendidas com descontos em seu benefício sem sequer ter recebido o valor do suposto empréstimo, se vendo obrigadas a arcarem com parcelas mensais sem que tenham obtido o crédito, uma vez que o verdadeiro beneficiário passa a ser o terceiro fraudador que atuou de má-fé.

Outras vezes, o aposentado ou pensionista sequer tem intenção em contratar um empréstimo e, mesmo não solicitando, tem valores creditado em sua conta.

É importante sempre o consumidor observar que nos casos de contratação de empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento, é imprescindível a anuência do contratante, sob pena de a transação caracterizar ato ilícito.

Outro aspecto relevante é a responsabilização objetiva das instituições financeiras, as quais respondem pelos danos gerados em casos de fraudes em empréstimos consignados, em virtude da ausência de checagem efetiva dos contratos. Inclusive, a respeito desta responsabilização das instituições financeiras, o Superior Tribunal de Justiça publicou a Súmula 479, segundo a qual "as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias".

Portanto, é crucial que o consumidor esteja sempre atento aos diversos mecanismos fraudulentos que podem ocorrer nos empréstimos consignados, evitando fornecer documentos e informações por telefone ou a estranhos, devendo verificar mensalmente seu extrato bancário, a fim de identificar eventuais descontos indevidos e agir rapidamente na procura de ajuda especializada.

Rafael Reis da Silva, advogado, formado pela URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, integrante do Escritório de Advocacia Clauto Oliveira & Advogados.

